

RESENHA

UM OLHAR RENOVADO SOBRE A HISTÓRIA DOS CAPITÃES-GERAIS DE SÃO PAULO: O GOVERNO DE MARTIM LOPES LOBO DE SALDANHA (1775-1782)

JOSÉ ROGÉRIO BEIER*

LEITE, Lorena. **“Déspota, tirano e arbitrário”**: o governo de Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo (1775-1782). Jundiaí (SP): Paco, 2018, 240 p.

Em março deste ano (2019) foi lançado *“Déspota, tirano e arbitrário”*: o governo de Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo (1775-1782). A obra já nasce como uma importante contribuição para os estudos de História de São Paulo, pois preenche uma lacuna de um projeto historiográfico ainda inconcluso: a história dos capitães-gerais de São Paulo, desde as origens da capitania, em 1709, até sua extinção e conversão em província em 1822.¹

Fruto de uma pesquisa de mestrado, defendida em agosto de 2013, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), *Déspota, tirano e arbitrário...* descende de uma série de trabalhos que, a partir da década de 1970, com a introdução dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras, vem promovendo uma revisão historiográfica de diversos temas da história nacional, consolidados durante a primeira metade do século XX.² No caso mais específico da

história colonial de São Paulo, as propostas de novos recortes temáticos, periodizações, fontes e métodos de abordagem resultaram num olhar e interesse renovados na forma como atuavam os representantes da Coroa portuguesa na capitania paulista, isto é, nas relações entre os capitães-generais e as distintas autoridades locais. Desde então, o tema dos capitães-generais tem sido abordado através da produção de trabalhos monográficos tratando de questões específicas no âmbito do governo de um capitão-general.³

O trabalho de Lorena Leite, portanto, vem somar a esses esforços na medida em que busca reconstituir a trajetória de um capitão-general de São Paulo a partir de uma abordagem histórica, na qual busca contemplar, simultaneamente, as distintas esferas da existência – social, econômica, política, cultural, etc. – dentro do recorte temporal estudado, como bem explicou o professor Fernando Novais.⁴

O livro foi organizado em duas partes: *O governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo* e *História e historiografia – uma Capitania e seu “tirano” governador*. A primeira, contando com apenas um capítulo, reconstitui a trajetória e o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), segundo governador e capitão-general de São Paulo após a restauração da autonomia administrativa da capitania em 1765; a segunda parte, com dois capítulos, trata de como a historiografia produzida em São Paulo, sobretudo aquela da primeira metade do século XX, se apropriou dos conflitos de poderes observados na capitania paulista no último quartel do Setecentos para construir uma memória negativa do governo de Lobo de Saldanha a fim de destacar uma pretensa autonomia paulista.

Na primeira parte do livro, Lorena opta por uma abordagem geopolítica do governo de Lobo de Saldanha, buscando compreendê-lo no âmbito da administração ilustrada portuguesa de fins do Setecentos. Nesse sentido, a autora se dispõe a analisar o contexto da política externa portuguesa em fins do século XVIII, bem como a situação geopolítica e econômica de sua colônia americana no âmbito das disputas territoriais entre as Coroas ibéricas, em especial, na bacia do Prata. Aqui o foco se volta mais especificamente para a compreensão de como São Paulo se inseria no contexto mais geral de conflito armado entre Portugal e Espanha, ou seja, a autora busca destacar os reflexos do conflito europeu na América. Um bom exemplo disso é a passagem em que a autora destaca como as instruções que Lobo de Saldanha recebera da Coroa para administrar a Capitania de São Paulo distinguiam-se das de seu antecessor por focarem, sobretudo, na busca de se preparar para um conflito eminente.

Martim Lopes Lobo de Saldanha chegou à colônia com uma Carta-Patente distinta da de seu antecessor, demonstrando uma estratégia maior da Coroa para solucionar o estado de guerra latente no Sul. Recebeu ordens que justificam o arregimento de tropas e a formação de uma infraestrutura econômico-militar nas regiões fronteiriças (p. 82).

Outro exemplo importante é quando Lorena Leite chama atenção para a atuação dos governadores paulistas no recrutamento militar para a mobilização de tropas para os conflitos do Sul:

A partir da restauração administrativa, São Paulo tornou-se ‘um arsenal de recursos humanos’ utilizado em larga escala pelos governadores. Até a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, a capitania respondeu por 38,3% dos soldados do Exército do Sul – este, por sua vez, constituído de 6.386 oficiais e praças (p. 88).

Com isso, fica evidente que o objetivo da autora nesta primeira parte de seu trabalho é, antes de tudo, explicar por que a administração imperial escolheu Lobo de Saldanha como governador de São Paulo naquele momento e qual foi seu papel no período em que esteve à frente da capitania. Assim, a estratégia analítica adotada pela autora parte da reconstituição de um contexto mais geral em direção a um mais específico, buscando explicar os acontecimentos ocorridos durante o governo de Lobo de Saldanha em São Paulo, sem perder de vista o contexto do Império Ultramarino Português no âmbito da crise do Antigo Sistema Colonial.

As fontes compulsadas pela autora concentraram-se em torno de dois grupos documentais: os documentos manuscritos digitalizados pelo *Projeto Resgate Barão do Rio Branco* para a Capitania de São Paulo, cujos originais pertencem ao Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa; os documentos da administração paulista transcritos, desde o século XIX, na série *Documentos Interessantes Para a História e Costume de São Paulo*, publicada pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Lorena também fez uso de documentação cartográfica, levantada em acervos do Brasil e de Portugal, além de dados biográficos sobre Lobo de Saldanha provenientes de diferentes acervos portugueses.

A análise biográfica realizada pela autora é uma das contribuições originais a se destacar neste trabalho. A pesquisa em busca de novas informações sobre Lobo de Saldanha, realizada diretamente nos arquivos portugueses, em especial os mais afastados de Lisboa, como os de Évora, Extremóz, Portalegre e Elvas, permitiu a Lorena matizar a imagem de “tirano, déspota e arbitrário” associada ao antigo governador paulista pela historiografia paulista dos séculos XIX e XX, jogando nova luz sobre as

razões que levaram a Coroa portuguesa a escolhê-lo como Capitão-General de São Paulo. Nesse sentido, são importantes as passagens em que a autora destaca a atuação de Lobo de Saldanha como militar ainda em Portugal, bem como a rede de relacionamentos que ele estabeleceu com outros oficiais militares durante os conflitos entre portugueses e espanhóis na Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Martim Lopes Lobo de Saldanha era um oficial do exército português que serviu em diferentes localidades do Alentejo, sempre próximo da Espanha. Em 1752, era Tenente de Infantaria do Regimento de Elvas, já tendo sido assistente em Campo Maior. Em 1762, encontramos-lo recrutando soldados em Beja quando recebe ordem de seguir a Tomar, onde é nomeado coronel do 2º Regimento de Olivença. Nesse mesmo ano, a Espanha invade Portugal, forçando a participação lusitana na Guerra dos Sete Anos. [...] Durante a invasão espanhola, Saldanha serviu no exército português juntamente com o Marquês de Lavradio, comandante de Cascais, e Antônio Carlos Furtado de Mendonça, comandante do regimento de Olivença, posteriormente nomeados Vice-Rei do Brasil e governador militar da Ilha de Santa Catarina, em 1775, respectivamente (pp. 32-33).

Segundo Lorena, portanto, era a experiência de Lobo de Saldanha nos conflitos com os espanhóis em áreas de fronteira, bem como sua relação com importantes personagens da administração colonial em meados da década de 1770, que faziam dele “o homem certo para o cargo” de capitão-general em São Paulo. Mais ainda quando se considera o contexto de “guerra latente” entre as Coroas ibéricas no Sul da América portuguesa entre os anos de 1774-75.

A reconstituição da trajetória de Lobo de Saldanha feita por Lorena Leite lhe serviu, ainda, para jogar luz sobre a segunda metade de seu

governo, momento em que, após os conflitos no Sul terem se encerrado com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, ele passou a ter dificuldades em administrar a capitania. Seu perfil mais autoritário e pragmático de militar de carreira, argumenta Lorena, mostrou-se incompatível com o traquejo político necessário para lidar com os conflitos de interesses envolvendo a Coroa e as elites locais.

Outro aspecto positivo a se destacar foi a busca de empregar a cartografia histórica como fonte de pesquisa do trabalho. Do ponto de vista metodológico, Lorena propõe a utilização de mapas históricos como instrumentos auxiliares na reconstituição de processos históricos, algo que muitos historiadores, ainda hoje, têm negligenciado.⁵ No Brasil, de balde os esforços de grupos que se dedicam ao estudo e difusão das teorias e métodos propostos no campo da História da Cartografia desde a década de 1980, ainda há um grande número de historiadores que segue empregando mapas históricos em suas pesquisas como elementos ilustrativos ou decorativos.⁶

O próprio Harley, no artigo em que apontava o menoscabo que os historiadores conferem às fontes cartográficas, buscou sintetizar um conjunto de técnicas a ser empregado pelos historiadores para ajudá-los na interpretação dos mapas, sobretudo, na extração de informações que auxiliem a compreender processos da história social de um dado período ou local específico. Para Harley, os mapas devem ser entendidos como textos detentores de uma linguagem gráfica a ser decodificada pelo historiador e, tal como os livros, podem ser produtos das mentes individuais ou de valores culturais de sociedades específicas, cabendo ao historiador

analisá-los em seus respectivos contextos. A reconstituição dos contextos, portanto, é a chave para a interpretação dos mapas.

Assim, ainda que seja notável o esforço de Lorena em empregar os mapas históricos buscando ultrapassar o uso ilustrativo ou decorativo dos mesmos, ela poderia ter se aprofundado um pouco mais na análise cartográfica se buscasse o auxílio do instrumental teórico-metodológico relativo ao campo da História da Cartografia, tornando, assim, mais frutífero seu intento. Além disso, os mapas apresentados no livro são pouco visíveis para o leitor, dificultando a identificação dos detalhes destacados pela autora no corpo do texto e comprometendo a verificação visual de sua argumentação.⁷

A segunda parte do livro, ponto alto da obra, Lorena analisa como a historiografia dedicada à capitania paulista representou seu objeto durante a segunda metade do século XVIII e, mais especificamente, como São Paulo e o governo de Lobo de Saldanha são compreendidos e representados por essa historiografia. Para tanto, a autora estabelece um diálogo com os principais autores que trataram da História de São Paulo desde o século XIX até os mais recentes, na segunda metade do Novecentos.

Lorena inicia sua argumentação lembrando como a produção historiográfica sobre São Paulo foi marcada pela ideia da “pobreza paulistana” e do modo como essa ideia foi compensada, em distintos momentos, pela ação de seus “heroicos habitantes”. Como autor a inaugurar essa “historiografia marcadamente paulista”, nas palavras de Lilia Schwarcz, Lorena traz a obra de José Joaquim Machado de Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo para Uso das Escolas de Instrução Pública*, publicada originalmente em 1864. Aqui cabe uma crítica, pois as obras de

autores do século XVIII tratando da história paulista, como as de Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, foram ignoradas. Nelas, Lorena certamente encontraria elementos mais profícuos de conexão com as obras gestadas na primeira metade do Novecentos, em especial as de Afonso de Taunay, todas elas influenciadas pelos cronistas setecentistas em sua busca por positivar os antigos moradores do planalto paulista.⁸

Após discorrer sobre as características daquele que teria sido o autor inaugural da historiografia paulista, Lorena analisa a produção de autores da primeira metade do século XX que se dedicaram ao tema da identidade paulista, tais como Affonso d'Escragnonle Taunay (1876-1958), Paulo Prado e Alfredo Ellis Júnior, dentre outros. O destaque maior recai sobre Taunay, quem a autora considera ter se identificado com a “trajetória de constituição e consolidação da hegemonia paulista no interior da federação republicana”, fazendo dela uma “verdadeira causa para sua militância intelectual” (p. 119). Para Lorena, a imagem de Martim Lopes Lobo de Saldanha, que vinha sendo constituída de forma negativa pela historiografia desde o final dos Oitocentos, encontra em Taunay seu momento de cristalização (p. 156).

Sobre Taunay, é importante lembrar que ele foi pioneiro do projeto de se escrever uma história dos capitães-generais de São Paulo. Bem antes de se tornar o renomado historiador e diretor do Museu Paulista, o “historiador das bandeiras” tencionava escrever uma história dos capitães-generais de São Paulo. No entanto, desestimulado por seu antigo professor e amigo, o historiador cearense João Capistrano de Abreu (1853-1927), Taunay abandonou sua ideia original para abraçar o estudo do século XVII, o século das bandeiras, e não o XVIII, o dos capitães-generais.⁹ É que para Capistrano de Abreu, nas primeiras décadas do século XX, o tema dos

capitães-generais paulistas não era tão importante para os estudos sobre a História do Brasil como o da expansão territorial do país ou, em suas palavras, “a questão da conquista do Brasil pelos brasileiros”.

Sobre esta historiografia da primeira metade do Novecentos, Lorena argumenta que não só Taunay, mas os demais autores consideravam que a singularidade da história de São Paulo justificava a representação dos paulistas como vitoriosos, mesmo após 1932, já que eles haviam expandido o território e descoberto o ouro no interior do país, feitos que, por si só, permitiam defini-los como uma gente pioneira, capaz de superar as adversidades e triunfar. Ainda segundo a autora, essa historiografia carrega um forte viés revisionista à procura de justificar a situação presente de São Paulo, principalmente após a derrota da chamada Revolução Constitucionalista. Não por acaso, foi justamente nas primeiras décadas do século XX que emergiu a figura do bandeirante como símbolo principal da identidade paulista. Assim, se os séculos XVI e XVII são entendidos e valorizados por essa historiografia como os séculos da bandeira, como se vê no conselho dado por Capistrano de Abreu a Taunay sobre qual temática este deveria abraçar, o século seguinte será caracterizado por ela pelo declínio da Capitania, culminando com a perda de sua autonomia administrativa em 1748.

É justamente neste ponto que o livro de Lorena apresenta sua maior contribuição ao apontar que a imagem negativa do governo de Lobo de Saldanha foi consolidada por essa historiografia, que via o Setecentos como um período decadente. Segundo a autora, o governo de Lobo de Saldanha foi analisado de forma bastante parcial pelos autores do início do Novecentos, que se apropriaram dos conflitos pessoais entre Lobo

Saldanha e as autoridades locais paulistas, para representar aquele como “déspota, tirano e arbitrário” e, ao mesmo tempo, valorizar a “autonomia paulista” (pp. 165-166), reforçando as ideias de uma Capitania “ativa e autossuficiente [...] que não se sujeitava aos desmandos da Coroa” (p. 27). O interesse nessa “operação historiográfica”, fincada no presente dos historiadores que construíram tal representação, relaciona-se diretamente ao contexto político da década de 1930, marcada pela ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República (1930), pelas disputas de poder com os paulistas na chamada Revolução Constitucionalista (1932) e pelo contínuo processo de centralização do poder que irá se estender até a década de 1940.

Portanto, cumpre reafirmar as importantes contribuições da obra de Lorena Leite à história da Capitania de São Paulo do século XVIII e, sobretudo, para a historiografia que se debruça sobre este período. Seu trabalho é notável não só por preencher uma lacuna na produção historiográfica sobre os capitães-generais paulistas, mas também por explicitar o desprestígio e o olhar enviesado que a historiografia da primeira metade do Novecentos deu para esses governantes de fins do Setecentos. Ademais, seu livro chama atenção para a necessidade de pesquisas que proponham um olhar renovado para o século XVIII, atualizando a historiografia dos capitães-generais paulistas, ainda muito tributária das obras da primeira metade do Novecentos. Evidentemente, este olhar renovado não estará isento dos vieses de seu tempo, já que os historiadores escrevem, sempre, a partir do presente. No entanto, traria novos problemas e reflexões acerca de um objeto de pesquisa que segue pouco explorado, tendo-se em vista que ainda há capitães-generais paulistas que mereceram

não mais do que poucas linhas de nossa historiografia. Um dos méritos do trabalho de Lorena foi o de apontar para essa trilha ainda pouco desbastada.

Notas

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Mestre em História Social (FFLCH-USP) e pesquisador do Laboratório de Estudos de Cartografia História (LECH-USP). Número do ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5938-4924>.

¹ Entre 1709 e 1822, a Capitania de São Paulo foi governada por dezessete capitães-gerais nomeados pela Coroa e dois governos triunviratos (interinos). Vale lembrar que durante esse longo período a capitania esteve, por dezessete anos, administrativamente subordinada aos governadores e capitães-gerais do Rio de Janeiro, uma vez que tanto o governo como a própria Capitania de São Paulo foram extintos pela carta-régia de 9 de maio de 1748. Sua autonomia administrativa, porém, foi restituída em 1765, quando governo e capitania foram restabelecidos, também por carta régia.

² Um bom exemplo disso é o questionamento crítico que a obra do próprio Affonso de Taunay sofreu a partir de então, culminando em um processo de erosão de sua reputação como o grande historiador de São Paulo e na marginalização dos temas ao qual ele se devotou.

³ Este é o caso, por exemplo, dos trabalhos de Heloísa Liberalli Bellotto: BELLOTTO, H. L. **O governo do Morgado de Mateus: Primórdios da restauração da Capitania de São Paulo (1765-1775)**. 1976. 466 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1976; MENDES, D. **A Calçada do Lorena: O caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 210 f., 1994; FILHO, A. T. **Paradigma do caos ou cidade da conversão? A cidade colonial na América portuguesa e o caso da São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)**. 2004. 338 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004; CAPEL, R. **O Governo de Bernardo José de Lorena na Capitania de São Paulo: Aspectos políticos e econômicos (1788-1797)**. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

⁴ Cf. NOVAIS, F. A. *Historiografia: exame de consciência do historiador*. In: **AULA MAGNA**, 2018. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pQr7H5_tLpQ. Acesso em: 12 out. 2019.

⁵ O historiador da cartografia, John Brian Harley, já apontava em 1990 que os historiadores, de modo geral, ao tomarem os mapas como documentos, tendem a relegá-los a uma “menor categoria” do que os documentos textuais. Mais que isso, mesmo quando os tomam em suas investigações, fazem-no para responder questões bastante pontuais relativas à localização ou à topografia, sendo apenas em poucas ocasiões que eles recorrem aos mapas para esclarecer aspectos da história cultural ou os valores sociais de algum período ou lugar especial. Ver: HARLEY, J. B. “Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas”. In: **La nueva naturaliza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005, pp. 59-60.

⁶ Sobre o uso que historiadores brasileiros vêm fazendo de mapas históricos em suas pesquisas, ver: SANTOS, A. C. dos S. “A América Portuguesa sob as luzes do scanner: arquivos, reprodução e manipulação digital da cartografia histórica”. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 3, pp. 71-98, dez. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000300071&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul. 2019.

⁷ Em uma eventual segunda edição desta obra, a melhor opção seria apresentar recortes dos mapas históricos com ampliações dos trechos destacados na argumentação textual.

⁸ Sobre a disputa pela memória da Capitania de São Paulo e os primeiros esforços para positivar os paulistas, ver: SCHNEIDER, A. L. “A luta pela memória da Capitania de São Paulo vem de antes: Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques no século XVIII”. In: **Capítulos de História Intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2019, pp. 185-212.

⁹ Apesar das restrições de Capistrano, porém, a ideia de escrever sobre os capitães-generais paulistas permaneceu cara a Taunay que, a despeito de não ter realizado um grande estudo sobre o assunto, acabou por nos legar textos esparsos sobre alguns capitães-generais, como Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (1765-1775), Bernardo José de Lorena (1788-1797) e Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797-1802). Para uma relação pormenorizada das publicações de Taunay, ver: MATTOS, O. N. de. **Afonso de Taunay: Historiador de São Paulo e do Brasil – Perfil biográfico e ensaio bibliográfico**. São Paulo: Museu Paulista, 1977, 268p.